



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS APROVADOS EM 2025— RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

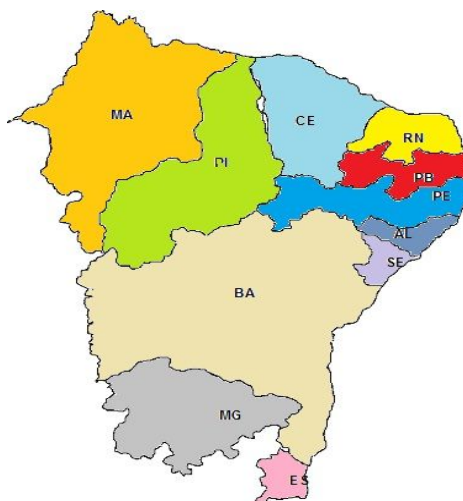
I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

A política pública fomentada pelo Governo Federal por meio dos incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ tem por objetivo diminuir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

O incentivo fiscal sempre foi, desde o seu início, e até hoje, direcionado preferencialmente para a atração de novas empresas que venham a se instalar na região, o que confere um “plus” na arrecadação das receitas tributárias e não uma perda. Isso porque, a partir da instalação de uma nova indústria em determinada região, toda uma cadeia se desenvolve. Com mais emprego e mais renda, aumenta a demanda para setores como comércio e serviços, além dos próprios fornecedores da empresa instalada e, conseqüentemente, aumenta a arrecadação federal, estadual e municipal.

O instrumento também tem característica de fruição, de modo que se o contribuinte protocoliza o pleito e atende aos requisitos da lei, a Sudene reconhece o benefício e a Receita Federal o homologa por meio de Ato Declaratório. Entretanto, a fruição somente ocorre na medida em que o empreendimento gera lucro suficiente para ter direito à redução do percentual que seria recolhido.

Envolvendo 2.074 municípios, a área de atuação da Sudene se projeta sobre os nove estados do Nordeste, além de 249 municípios localizados no Estado de Minas Gerais de Minas Gerais e de 31 municípios pertencentes ao Espírito Santo. A área de atuação da Sudene está definida pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e suas alterações.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

II – OS INCENTIVOS FISCAIS ADMINISTRADOS PELA SUDENE

Administrados pela Autarquia, os incentivos fiscais são calculados com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos que sejam considerados prioritários, conforme definido no Decreto nº 4.213/2002 e que sejam optantes do imposto de renda com base no lucro real, ou seja, empresas que calculam seus impostos (IRPJ e CSLL) com base no seu lucro líquido contábil real, após deduzir custos e despesas.

A Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto de renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, estabelece os seguintes incentivos:

Redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, para empreendimentos que venham a se instalar, ampliar, modernizar ou diversificar sua linha de produção na área de atuação da Sudene. O prazo de fruição do benefício é de 10 anos. A redução é calculada com base no lucro da exploração da atividade. A pessoa jurídica titular do empreendimento deve ser optante da tributação com base no lucro real, para efeito de fruição deste benefício fiscal;

Isenção do imposto sobre a renda e do adicional exclusivamente para as pessoas jurídicas fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos baseados em tecnologia digital, voltados para o Programa de Inclusão Digital, de que trata a Lei nº 12.546, de 14.12.2011, calculado sobre o lucro da exploração; e

Depósitos para Reinvestimento do Imposto Devido. Beneficia titulares de empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, que estejam ou não usufruindo das reduções do imposto de renda. Essas empresas podem reinvestir, na modernização ou complementação de equipamentos, incluídos os custos de montagem e instalação, uma parcela correspondente a 30% do imposto devido, calculado exclusivamente sobre o lucro da exploração, durante os períodos de apuração e até 31.12.2028, acrescida de parcela de 50% de



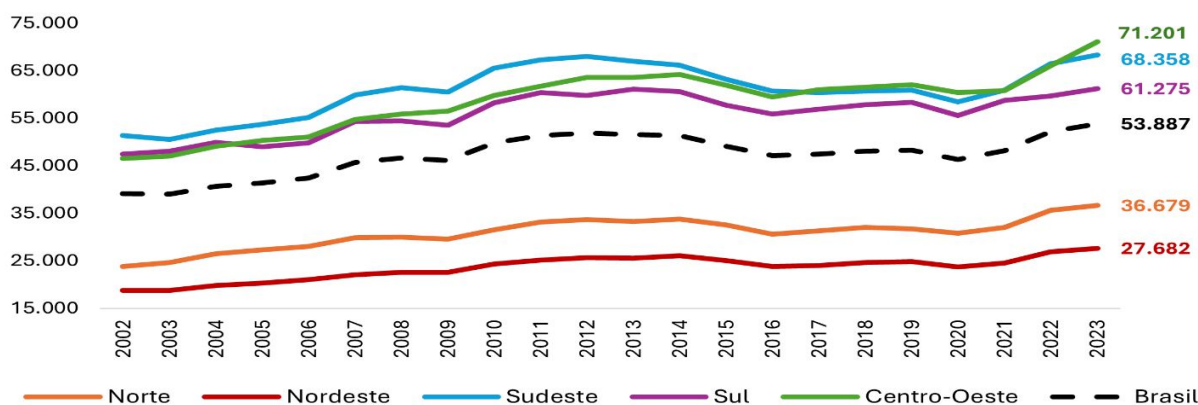
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Os incentivos fazem parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de que trata o Decreto nº 11.962, de 22.03.2024, criada com o objetivo de mitigar as desigualdades regionais mediante investimentos e atividades de fomento ao desenvolvimento, com foco na melhora da qualidade de vida da população, a partir da redução das desigualdades existentes e da pobreza, conforme definição do Conselho Deliberativo da Sudene, em consonância com o § 2º do art. 43 da Constituição Federal e na forma da legislação vigente.

Nesse contexto, o papel da Sudene tem sua relevância destacada como instituição de referência na ação articuladora, planejadora e executora de projetos, planos e administração de incentivos, voltada para promover o desenvolvimento do Nordeste e diminuir as desigualdades regionais e assim também trazendo sua contribuição efetiva para o desenvolvimento e para a integração econômica e social de todo o Brasil.

A tarefa de avaliar os resultados econômicos e sociais proporcionados pelos incentivos e benefícios fiscais traduz-se em um importante instrumento de administração dessas renúncias fiscais, tendo em vista que os resultados dessa avaliação podem otimizar a execução dessa importante política pública, o que está sendo demonstrado por meio deste relatório.

Gráfico 1 - PIB *per capita* - em reais de 2023



Elaboração: IBRE/FGV

Apesar da redução das disparidades ter sido significativa e de ter havido algumas mudanças estruturais na economia do Nordeste, o processo é relativamente lento e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

ainda não se avista momento em que a região passe a apresentar indicadores econômicos e sociais próximos aos das regiões mais prósperas.

III – GESTÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS

A Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais - **CGIF**, unidade vinculada à Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos - **DFIN**, tem sob sua responsabilidade a administração dos incentivos e benefícios fiscais de redução de 75% do IRPJ, da isenção do IRPJ para empreendimentos voltados para o Programa de Inclusão Digital do Governo Federal e da Redução por Reinvestimento de 30% do IRPJ, por meio de depósitos feitos no Banco do Nordeste S.A., devendo para tanto:

- (I) - Realizar a análise dos investimentos privados prioritários a serem beneficiados pelo sistema de incentivos fiscais e financeiros, de acordo com critérios e prioridades definidos pelo Conselho Deliberativo da SUDENE;
- (II) - Realizar e executar a programação de vistorias e fiscalização dos investimentos privados prioritários referidos no inciso anterior, de acordo com normas e critérios estabelecidos pela Superintendência; e
- (III) – Encaminhar para deliberação e aprovação junto a Diretoria respectiva os atos de proposta de concessão de incentivos fiscais e financeiros a empresas estabelecidas na área de atuação da SUDENE.

Ao longo dos últimos três anos foram examinados e aprovados 1.940 pleitos de incentivos fiscais, dos quais 695 de implantação de novos empreendimentos, que deixaram registrados investimentos de mais de R\$ 47 bilhões e 135 mil novos empregos.

Com base na sua competência, a CGIF/CIE examinou, ao longo do exercício de 2025 **754** pedidos de incentivos fiscais, tendo sido aprovados até 31 de dezembro, **671** deles, correspondendo a um percentual de efetividade da ordem de 89%. Este relatório tem por objetivo prestar contas à sociedade da atuação da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos e por toda equipe a ela pertencente, com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

vistas à aprovação desses pleitos ao longo do ano, envolvendo a pré análise, a vistoria e o encaminhamento para aprovação da Diretoria Colegiada.

IV–O CENÁRIO EM 2025, COMPARATIVAMENTE A 2024

O cenário da economia nordestina em 2025, de acordo com as projeções e relatórios do Banco do Nordeste (BNB), aponta para um **crescimento contínuo e superior à média nacional**, sustentado pela expansão do crédito e investimentos estruturantes. Com expectativa de crescimento do PIB acima da média nacional em 2025, especialistas apontam que a região deve voltar a apresentar bons resultados em 2026, apesar da expectativa de desaceleração da economia nacional.

Dados do Banco do Brasil apontam para um crescimento de 5,5% em 2025 no PIB da Paraíba, conforme dados da Resenha Regional de Assessoramento Econômico do Banco do Brasil.

O Consórcio Nordeste, entidade que reúne os nove estados da região, anunciou em dezembro do ano passado que estão previstos R\$113,1 bilhões em investimentos nas áreas de transição energética, economia digital, bioeconomia, infraestrutura e inovação industrial, um valor 13 vezes maior que a estimativa inicial de R\$ 10 bilhões.

Segundo matéria do Correio Braziliense o Nordeste brasileiro tem o maior potencial de energia eólica e solar: acumula 68% da capacidade de geração de energia renovável. Possui uma vantagem estratégica que pode atrair indústrias na corrida pela descarbonização. Mas a falta de infraestrutura adequada impede que ocorra essa virada, alertam especialistas no tema.

Avanços observados em 2025: revitalização de campos maduros de petróleo na Bahia e no Rio Grande do Norte, com operadoras independentes batendo recordes de eficiência. Entre 2023 e 2025, R\$ 7,8 bilhões foram registrados como implantação de novos empreendimentos, inclusive no setor de petroquímicos, que obtiveram o enquadramento para o incentivo fiscal.

Em 2024, o Nordeste respondeu por mais de 90% da geração eólica do Brasil, O setor entrou agora na fase de “repowering”, com a substituição ou modernização de equipamentos antigos em parques eólicos ou fotovoltaicos por tecnologias superiores e equipamentos mais potentes, dobrando a geração no mesmo espaço físico. Entre 2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

e 2025 foram registrados como implantação investimentos de R\$ 10,9 bilhões, dos quais R\$ 4,7 bilhões em energia eólica.

Em relação ao ano de 2024, quando foram aprovados **613** pleitos e registrados investimentos de **R\$ 32,7** bilhões, o ano de 2025 mostrou um interesse bem maior consubstanciado no número de pleitos encaminhados por parte das empresas instaladas na área de atuação da SUDENE, tendo sido aprovados **671** pleitos, dos ingressados, como já foi destacado anteriormente.

Entretanto, o valor registrado como investimento, da ordem de R\$ **19,6** bilhões apresentou significativa redução, da ordem de 40%, em relação ao ano anterior. Deve se ressaltar que no ano anterior, R\$ **15.3** bilhões daqueles incentivos corresponderam a somente uma operação, em nome da FCA FIAT Automóveis Brasil Ltda. Como se sabe, esses investimentos ocorreram ao longo de diversos exercícios, desde a instalação da empresa, mas somente foram contabilizados como investimentos pela SUDENE em 2025 na ocasião do encaminhamento do pleito pela FIAT.

V - PLEITOS APROVADOS POR TIPO DE INCENTIVO, PROJETO E INVESTIMENTOS.

Os **671** pleitos aprovados em 2025 pela Diretoria Colegiada da **SUDENE**, por proposta de encaminhamento da DFIN, foram distribuídos da seguinte forma: **556** pedidos de redução de 75% do IRPJ e Adicionais Não Restituíveis e **115** pleitos de reinvestimento de 30% do IRPJ.

Esses pleitos foram dispostos pelos seguintes tipos de projeto: Projetos de Implantação de Novos Empreendimentos: 287 pleitos; Modernização de Empreendimentos já Existentes: 236 pleitos; Diversificação de Linhas de Produção: 13 pleitos; Retificação de Laudos Emitidos Anteriormente: 16 pleitos e Transferência de Laudos Emitidos: 4 pleitos. Além desses, foram aprovados 115 Projetos de Complementação de Equipamentos: 115, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO I

Tipo de Incentivo/Projeto	Nº de Pleitos	Total dos Investimentos
Compl. Equipamentos	115	326.175.131,38
Diversificação	13	150.794.163,97
Implantação	287	10.473.460.679,35
Modernização Total	236	8.718.632.841,33



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Retificação	16	0,00
Transferência	4	0,00
Total Geral	671	19.669.062.816,03

VI – PLEITOS E INVESTIMENTOS APROVADOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Com relação ao número de pleitos aprovados no ano de 2025, a Bahia, com **140** pleitos, o Ceará, com **108** pleitos, Pernambuco, com **101** pleitos, Espírito Santo, com **63** pleitos, a Paraíba, com **53** pleitos e o Rio Grande do Norte, com **52** pleitos foram os Estados que se destacaram em relação aos demais. Ressalte-se que Minas Gerais e o Espírito Santo, juntos, tiveram **100** pleitos aprovados, sendo que nesses Estados apenas a região norte desses estados é que é tem direito de pleitear os incentivos administrados pela Sudene.

QUADRO II

Unidades da Federação	Total dos Investimentos	Total de Pleitos
ALAGOAS	832.176.312,89	26
BAHIA	3.279.750.126,86	140
CEARÁ	2.843.120.319,81	108
ESPÍRITO SANTO	646.481.390,62	63
MARANHÃO	1.706.730.331,99	42
MINAS GERAIS	1.327.568.238,42	37
PARAÍBA	642.932.719,11	53
PERNAMBUCO	1.593.291.068,41	101
PIAUÍ	1.174.878.032,40	35
RIO GRANDE NORTE	5.171.178.006,91	52
SERGIPE	450.956.268,61	14
Total Geral	19.669.062.816,03	671

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

Dos R\$ **19.669,0** milhões registrados como investimentos, mais de 98% decorreram de pleitos de redução de 75% do IRPJ, sendo **R\$ 10.473,4** milhões em projetos de implantação de novos empreendimentos e **R\$ 8.718,6** milhões em pleitos de modernização de empreendimentos já implantados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Por Unidade da Federação o destaque ficou com o Estado do Rio Grande do Norte, com investimentos registrados de **R\$ 5.171,1 milhões**, vindo a seguir o Estado da Bahia, com **R\$ 3.279,7 milhões**, Ceará, com **R\$ 2.843,1 milhões** e o Estado do Maranhão, com **R\$ 1.706,7 milhões**. Pernambuco, dessa vez, ocupou o quinto lugar, registrando investimentos de R\$ 1.593,2 milhões

RIO GRANDE DO NORTE

Modalidade	Total dos Investimentos	Modalidade	Total dos Empregos
Compl. Equipamentos	5.435.548,77	Compl. Equipamentos	5.956
Implantação	4.384.596.074,84	Implantação	2.749
Modernização Total	781.146.383,30	Modernização Total	3.496
Retificação	0,00	Retificação	0
Transferência	0,00	Transferência	285
Total Geral	5.171.178.006,91	Total Geral	12.486

No **Rio Grande do Norte** o destaque decorre dos massivos investimentos feitos no setor de energia eólica, da ordem de R\$ 4.156,4 milhões além dos investimentos registrados pela Cascar Brasil Mineração, no valor de R\$ 561,0 milhões, para modernização de sua unidade localizada em Currais Novos. A Cascar Brasil Mineração Ltda., empresa do setor de mineração de ouro com atuação no município de Currais Novos/RN, desponta como um empreendimento promissor para o desenvolvimento econômico da região, contribuindo para a geração de emprego (1.103 empregos), renda e dinamização da atividade produtiva local e do entorno.

No que diz respeito ao setor de energia, os investimentos registrados no Estado objetivaram a construção de diversos parques eólicos, como o **Vila Espírito Santo I a IV**, no valor de R\$ 1.474,7 milhões, o **Vila Rio Grande do Norte 1 e 2**, com investimento de R\$ 824,1 milhões, o **Vila Piauí I e II**, com R\$ 681,9 milhões em investimentos, o da **Eólica do Agreste Potiguar I e II**, com investimentos de R\$ 504,2 milhões e o da **Vila Sergipe 1**, com investimentos de R\$ 412,7 milhões. O Parque Eólico do Agreste Potiguar I e II, foi o único empreendimento localizado em Jandaira, uma vez que os demais foram implantados no município de Serra do Mel.

A Vila Espírito Santo Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de junho de 2019, estabelecida na Vila Espírito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Santo, S/N – Lote 02, Zona Rural, município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Espírito Santo I, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia.

BAHIA

Modalidade	Total dos Investimentos	Modalidade	Total dos Empregos
Compl. Equipamentos	52.829.417,97	Compl. Equipamentos	13.135
Diversificação	26.442.179,00	Diversificação	330
Implantação	2.112.894.361,28	Implantação	8.005
Modernização Total	1.087.584.168,61	Modernização Total	13.738
Transferência	0,00	Transferência	318
Total Geral	3.279.750.126,86	Total Geral	35.526

Na **Bahia**, o principal investimento registrado no período foi feito pela Sertão Solar Barreiras, com R\$ 798,2 milhões no total para a instalação de seu parque de geração de energia fotovoltaica, composto pelos parques XVI, XVII e XVIII. A companhia integra o portfólio de empreendimentos do Grupo Echoenergia, que por sua vez faz parte do Grupo Equatorial Energia, um dos maiores grupos do setor elétrico nacional, com atuação nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Destaque também para a implantação do empreendimento da CGS Agropecuária S.A., com investimentos no valor de R\$ 400,0 milhões. A CGS está localizada em Jaborandi (BA), no coração do Matopiba — a mais promissora fronteira agrícola do Brasil, que abrange áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A atuação da GCS Agropecuária, no entanto, vai além da Bahia, com unidades operacionais em Monte Alegre do Piauí e sede administrativa em Brasília (DF). Com um portfólio agrícola diversificado, a GCS cultiva soja e algodão como principais culturas, além de integrar milho, sorgo e outras culturas rotacionais ao seu sistema produtivo.

Destaque também para a TIM S.A., por conta da modernização de sua unidade operacional localizada em Salvador (R\$ 376,1 milhões), para a São Braz Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (R\$ 349,5 milhões). A São Braz está entre as maiores torrefações de café do Brasil, com uma linha de produção composta por mais de 200 itens alimentícios, consolidando sua posição como referência em qualidade, tradição e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

inovação no setor e, finalmente, para o complexo hoteleiro Sauipe S.A., com investimento de R\$ 172 milhões, empreendimento localizado na Costa do Sauipe, a pouco mais de 100 km da capital Salvador, oferece diversas opções de hospedagem: o Brisa Grand Premium, o Sol Grand Premium, o Mar Premium e o Terra Resort.

Todos os hotéis contam com acomodações com vista para o mar, piscina ou jardim, além dos benefícios inclusos nos pacotes promocionais da hospedagem.

CEARÁ

Modalidade	Total dos Investimentos	Modalidade	Total dos Empregos
Compl. Equipamentos	7.329.695,24	Compl. Equipamentos	13.420
Diversificação	22.151.971,93	Diversificação	415
Implantação	578.483.381,01	Implantação	7.239
Modernização Total	2.235.155.271,63	Modernização Total	13.530
Retificação	0,00	Retificação	129
Total Geral	2.843.120.319,81	Total Geral	34.733

No **Ceará**, o maior investimento foi feito pela BRISANET Serviços de Telecomunicações S.A., no valor de R\$ 704,3 milhões, decorrente da modernização de sua unidade operacional localizada em Pereiro. A BRISANET é uma empresa de telecomunicações fundada há 24 anos, com atuação focada na região Nordeste do país. A empresa tem um portfólio de produtos praticamente 100% em fibra óptica. A empresa lidera o mercado de banda larga nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

De acordo com o atual ranking da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), a BRISANET é a internet banda larga líder em satisfação no Brasil, atingindo também a maior nota em todos os estados em que foi avaliada: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Outro destaque: a AMBEV S.A., com investimento de R\$ 392,6 milhões, por conta da modernização de sua fábrica em Aquiraz. Atualmente, com operações em 18 países nas três Américas, a Ambev é líder no mercado latino-americano. O negócio da Companhia consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

A Tim S.A., com investimento de R\$ 311,6 milhões e a **Lagoinha Energia SPE**, por conta da implantação de 4 parques solares, no valor global de R\$ 224,4 milhões foram os demais destaques. O empreendimento pertence ao Grupo CGN, um grupo estatal Chinês que trabalha ativamente pelo desenvolvimento do mercado global de energia.

MARANHÃO

Modalidade	Total dos Investimentos	Modalidade	Total dos Empregos
Compl. Equipamentos	21.498.274,70	Compl. Equipamentos	3.801
Diversificação	1.300.000,00	Diversificação	38
Implantação	506.931.943,90	Implantação	1.362
Modernização Total	1.177.000.113,39	Modernização Total	1.655
Total Geral	1.706.730.331,99	Total Geral	6.856

No **Maranhão**, o principal destaque foi o investimento realizado pela Parnaíba II Geração de Energia para modernização da sua UTE, no valor de R\$ 944,9 milhões. O Complexo Termelétrico tem como insumo principal o gás natural que é extraído na bacia do Parnaíba pela Eneva S/A, em localização privilegiada para operação da usina, de forma que, todo o processo de geração de energia está integrado em uma única região, permitindo a geração de energia de baixo custo.

No Estado de **Pernambuco** os destaques ficam por conta do número de pleitos em dois setores considerados prioritários em comparação com os demais estados. O setor de informática, com 18 pleitos aprovados e 8.839 empregos registrados e o de Turismo – Hotelaria, com 11 pleitos aprovados e 1.974 empregos, superou, em muito os números observados nos estados da Bahia (1 e 9) e do Ceará (9 e 10), respectivamente.

Por porte de empresas os destaques em Pernambuco ficaram com a TIM S.A., que investiu R\$ 294,8 milhões para a modernização de sua unidade operacional, com a implantação do parque Aquático Carneiros, com investimentos de R\$ 125,3 milhões e pela Interligação Elétrica Garanhuns, com investimentos de R\$ 105,5 milhões para modernizar sua unidade operacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

VII - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SETORES PRIORITÁRIOS

Por setores considerados prioritários, definidos de acordo com o Decreto nº 4.213, de 2002, os empreendimentos pertencentes ao setor de **infraestrutura**, com R\$ **11.056,4 milhões** (destaque para energia, com R\$ **7.626,7 milhões**), da **indústria de Alimentos e Bebidas**, com R\$ **1.988,3 milhões**, da **indústria extrativa de minerais metálicos**, com R\$ **1.333,8 milhões**, e do **Turismo**, com R\$ **1.126,4 milhões** foram os principais destaques no ano de 2025 não somente pelo número de empregos registrados (82.220), como por responder por mais de 78% dos investimentos registrados.

A infraestrutura é um dos principais pilares do desenvolvimento econômico, facilitando a produção, o comércio e a movimentação de bens e serviços, além de melhorar a qualidade de vida da população. A baixa qualidade ou falta de infraestrutura aumenta os custos de transação, dificulta a logística e abastecimento do mercado interno, limita o acesso a oportunidades e aos mercados internacionais, e prejudica a produtividade das empresas. IBRE – FGV.

Nesse sentido, a região continuou atraindo grande número de iniciativas voltadas para o segmento, com destaque para os setores de energia, telecomunicações e transportes, responsáveis por investimentos e empregos da ordem de **R\$ 10.888,3 milhões** e **29.530** empregos, respectivamente.

No caso da energia elétrica, muito embora quando da implantação dos projetos o número de colaboradores seja bastante reduzido, por não haver necessidade de número maior de empregados, durante a construção observa-se a contratação de enorme contingente (1.158 empregos para a construção dos parques eólicos na cidade de Serra do Mel, segundo informações da Echoenergia, por exemplo), que movimentam a economia local durante o período.

Outros setores que se destacaram: Alimentos e Bebidas, Turismo e Indústria Extrativa de Minerais Metálicos. O Setor de Alimentos e Bebidas, com 99 pleitos aprovados registrou investimentos da ordem de R\$ 1.988,3 milhões e 32.764 empregos. Foram mais de R\$ 7 bilhões em investimentos entre 2023 e 2025, com mais de 100 mil empregos registrados.

O setor de extração de minerais metálicos no Nordeste brasileiro vive uma fase de expansão e modernização, com destaque para a Bahia, onde se concentra a maior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

parte da produção desses minerais (ouro, cobre, níquel, cromo). A região, incluindo a parte norte de Minas Gerais, consolidou-se como nova fronteira mineral, com alta diversidade, incluindo minerais estratégicos para a transição energética (lítio, vanádio), atraindo novos investimentos e impulsionando a economia regional. Foram registrados investimentos de **R\$ 1.945,9 milhões**, com mais de 9 mil empregos com carteira assinada.

QUADRO III

Setores Prioritários	Total dos Inves- timentos	Total dos Em- pregos	Nº de Plei- tos
Agroindústria	745.532.681,60	8.318	46
Alimentos e Bebidas	1.988.344.946,80	32.764	99
Artigos do Vestuário	3.356.192,97	1.153	6
Celulose e Papel	240.288.042,31	11.975	14
Componentes e Autopeças	57.656.352,74	428	4
Extrativa de Minerais Metálicos	1.333.890.520,75	5.320	6
Fabricação de Calçados	57.980.012,96	10.865	13
Grupo Têxtil	189.771.734,81	5.270	14
Informática	132.245.198,35	12.873	42
Infraestrutura - Água e Esgoto	125.237.086,77	2.606	13
Infraestrutura - Energia	7.626.782.909,73	10.197	37
Infraestrutura - Gás	42.841.348,18	718	5
Infra - Telecomunicações	2.432.440.304,34	13.695	44
Infraestrutura - Transportes	829.183.794,16	5.638	27
Máquinas e Equipamentos	143.759.653,09	2.285	6
Materiais Plásticos	273.381.153,41	4.677	35
Metalurgia	139.963.721,43	6.842	30
Minerais Não Metálicos	582.425.838,81	7.161	47
Móveis e Artefatos de Madeira	38.871.012,88	2.321	15
Petroquímicos	149.972.483,22	1.301	12
Produtos Farmacêuticos	190.646.949,63	2.190	2
Produtos Químicos	953.885.363,81	15.136	84
Turismo - Hotelaria	1.126.426.106,09	11.282	64
Veículos	1.043.061,99	2.334	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Eletroeletrônica	263.136.345,20	3.965	5
Total Geral	19.669.062.816,03	181.314	671

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

VII.1 – O SETOR DO TURISMO EM 2025

O PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos e Turismo), instituído pela Lei nº 14.148/2021, foi fundamental para a recuperação de hotéis, agências e organizadores de eventos após a pandemia, zerando alíquotas federais (IRPJ, CSLL, PIS/Cofins) por 60 meses. O programa injetou faturamento, manteve empregos e incentivou a retomada do setor, com o benefício fiscal programado para encerrar em março de 2027.

O Programa concedeu benefícios tributários a empresas de turismo e eventos para mitigar perdas causadas pela pandemia de Covid-19. O principal mecanismo foi a redução a zero, por 60 meses, das alíquotas de IRPJ, PIS/Pasep, Cofins e CSLL sobre receitas de atividades específicas, desde que a empresa estivesse habilitada. O programa foi gerido pelo Ministério do Turismo e operacionalizado pela Receita Federal.

O Programa foi extinto em abril de 2025, após a Receita Federal constatar que o limite de renúncia fiscal de R\$ 15 bilhões, estabelecido pela Lei nº 14.859/2024, foi atingido. A medida impõe o retorno integral da tributação (IRPJ, CSLL, PIS/Cofins) para empresas do setor.

QUADRO V

Unidades da Federação	Total dos Investimentos	Total dos Empregos	Nº de Pleitos
Turismo - Hotelaria	1.126.426.106,09	11.282	64
ALAGOAS	428.070.138,75	2.442	11
BAHIA	202.873.736,24	4.499	9
CEARÁ	122.991.859,46	1.011	15
ESPÍRITO SANTO	10.500.000,00	45	3
MARANHÃO	11.701.570,48	197	2
MINAS GERAIS	1.760.000,00	33	1
PARAÍBA	40.873.078,13	230	5
PERNAMBUCO	275.221.521,95	1.974	11
PIAUÍ	1.500.000,00	44	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

RIO G. NORTE	23.778.731,27	729	5
SERGIPE	7.155.469,81	78	1
Total Geral	1.126.426.106,09	11.282	64

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

No total foram aprovados 32 pleitos de implantação de novos empreendimentos, com investimentos da ordem de R\$ 553,3 milhões e registro de 2.748 empregos, distribuídos pelos estados da área de atuação da Sudene.

Por conta disso, observou-se forte retomada dos pleitos de incentivos por parte das empresas do setor de Turismo-Hotelaria, tendo sido aprovados 64 projetos e informados **R\$ 1.126,4 milhões** em investimentos. Também se registrou 11.282 empregos com carteira assinada, comprovando que o incentivo administrado pela Sudene possui influência significativa na dinamização do setor, especialmente após o fim do referido Programa Emergencial. Entre 2023 e 2024 foram registrados como investimentos apenas **R\$ 296,5 milhões**, justamente por conta do PERSE, o que comprova a importância, tanto do PERSE como da retomada dos incentivos fiscais para as empresas do setor hoteleiro.

VII.2 – O SETOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM 2025

O setor de Alimentos e Bebidas é um dos mais tradicionais representantes da economia nordestina, respondendo por grande parte dos incentivos fiscais concedidos pela Sudene. Nos últimos três anos foram 333 pleitos aprovados, com registro de 102.755 carteiras assinadas e R\$ 7.203,0 milhões em investimentos.

Setor Prioritário	Total dos Investi- mentos	Total dos Empregos	Nº de Pleitos
Alimentos e Bebidas	1.988.344.946,80	32.764	99
ALAGOAS	51.100.000,00	204	2
BAHIA	641.364.639,14	7.709	25
CEARÁ	616.999.320,18	6.608	18
ESPÍRITO SANTO	223.151.688,36	978	8
MARANHÃO	26.890.200,00	171	3
MINAS GERAIS	19.161.955,10	537	7
PARAÍBA	136.443.681,04	6.199	4
PERNAMBUCO	138.403.587,45	4.729	11
PIAUÍ	51.837.719,00	2.928	7



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

RIO G. NORTE	67.992.156,53	2.323	13
SERGIPE	15.000.000,00	378	1
Total Geral	1.988.344.946,80	32.764	99

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

VIII - MANUTENÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

O Nordeste encerrou 2025 com saldo positivo de **347.940** empregos formais, resultado líquido da diferença entre admissões e desligamentos ao longo do ano, segundo análise da Sudene a partir dos dados do Caged. O desempenho representa uma média de aproximadamente 28,9 mil empregos líquidos por mês e coloca a Região atrás apenas do Sudeste, confirmando trajetória contínua de crescimento do mercado de trabalho após saldos de 293.465 vagas em 2023 e 327.232 em 2024.

Entre os estados, Bahia, Pernambuco e Ceará lideraram a geração de empregos ao longo de 2025, com saldos de 94.380 postos de trabalho, 72.565 postos de trabalho e 49.184 postos, respectivamente, equivalentes a 27,1%, 20,8% e 14,1% dos novos postos da Região no ano de 2025. Na sequência, aparecem Maranhão (31.713), Paraíba (31.043), Piauí (21.022), Alagoas (16.706), Rio Grande do Norte (15.870) e Sergipe (15.457).

No que diz respeito aos incentivos fiscais administrados pela Sudene, as empresas beneficiadas com os 671 laudos e portarias concedidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, informaram da criação e/ou manutenção de **179.800** postos de trabalho, sendo **146.602** diretos e **33.198** empregos terceirizados. Foram **39.750** novos empregos decorrentes da implantação dos novos empreendimentos que tiveram seus pleitos de incentivos aprovados, dos quais 35.532 empregos diretos.

QUADRO VI

Modalidades	Total dos Empre- gos	Empregos Dire- tos	Empregos Terceiri- zados
Compl. Equipamentos	77.781	61.416	16.365
Diversificação	2.608	2.112	496



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Implantação	39.750	35.532	4.218
Modernização Total	57.880	46.330	11.550
Retificação	1.080	759	321
Transferência	701	453	248
Total Geral	179.800	146.602	33.198

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

Por unidades da Federação, a Bahia com 35.526 postos de trabalho criados e mantidos, o Ceará, com 34.733 postos de trabalho, Pernambuco, com 28.389 empregos, o Espírito Santo com 21.898 postos e a Paraíba com 19.684 empregos registrados com carteira assinada foram os principais responsáveis pelo total observado, como pode ser visto na tabela a seguir.

QUADRO VII

Unidades da Federação	Empregos Diretos	Empregos Terceirizados	Total dos Empregos
ALAGOAS	4.428	521	4.949
BAHIA	27.908	7.618	35.526
CEARÁ	31.870	2.863	34.733
ESPÍRITO SANTO	14.544	7.354	21.898
MARANHÃO	5.685	1.171	6.856
MINAS GERAIS	6.124	1.547	7.671
PARAÍBA	17.066	2.618	19.684
PERNAMBUCO	24.400	3.989	28.389
PIAUI	3.936	347	4.283
RIO GRANDE DO NORTE	7.379	5.107	12.486
SERGIPE	3.262	63	3.325
Total Geral	146.602	33.198	179.800

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

Em relação aos dados informados a partir do Caged, os números capturados em termos de participação dos incentivos fiscais nos Estados da Bahia (37,6%), Pernambuco (39,1%), Ceará (70,6%), Maranhão (21,6%) e Paraíba (63,4%) mostram uma enorme aderência aos dados nacionais, o que demonstra a efetividade da política pública administrada pela Sudene.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Com relação aos empregos por setores prioritários, o setor de Alimentos e Bebidas esteve em destaque em cinco das onze unidades da federação. Na Bahia, Ceará Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte o setor participou, em média, com 24,1% dos empregos, com destaque para o Piauí, com 68%.

O Turismo (49%) em Alagoas, Celulose e Papel (49%) no Espírito Santo, Produtos Químicos (41%) no Maranhão e Metalurgia (34%) em Minas Gerais também se destacaram no que diz respeito ao comportamento do emprego.

QUADRO VIII

UF/Setor Prioritário	Empregos Diretos	Empregos Terceirizados	Total dos Empregos	(%)
AL	4.428	521	4.949	
Turismo - Hotelaria	2.182	260	2.442	0,49
BA	27.908	7.618	35.526	
Alimentos e Bebidas	6.832	877	7.709	0,22
CE	31.870	2.863	34.733	
Alimentos e Bebidas	5.953	655	6.608	0,19
ES	14.544	7.354	21.898	
Celulose e Papel	4.222	6.579	10.801	0,49
MA	5.685	1.171	6.856	
Produtos Químicos	2.664	176	2.840	0,41
MG	6.124	1.547	7.671	
Metalurgia	2.371	270	2.641	0,34
PB	17.066	2.618	19.684	
Alimentos e Bebidas	4.557	1.642	6.199	0,31
PE	24.400	3.989	28.389	
Informática	8.705	134	8.839	0,31
PI	3.936	347	4.283	
Alimentos e Bebidas	2.822	106	2.928	0,68
RN	7.379	5.107	12.486	
Alimentos e Bebidas	2.194	129	2.323	0,19



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

SE	3.262	63	3.325	
Máquinas e Equipamentos	1.034	0	1.034	0,31

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

VIII – A PARTICIPAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS IMPLEMENTADAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE.

Importante iniciativa da Sudene em parceria com o Banco do Nordeste, o Inventário de Políticas Públicas (IPP), teve por objetivo mapear as políticas públicas federais que estão em implementação na área de atuação da Autarquia e verificar, a partir desse levantamento, de que maneira essas políticas públicas podem ter sua eficácia ampliada a partir da convergência da aplicação dos recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE, instrumento foco do levantamento.

Ampliando esse foco, os incentivos fiscais administrados pela Sudene também se enquadram nessa aderência, por ter como objetivo principal o preceito constitucional de redução das desigualdades econômicas, objetivo também perseguido pelo FNE, em linha com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE, principal instrumento de planejamento da Autarquia para o desenvolvimento da região.

A seguir, o destaque para três dessas aderências observadas ao longo dos últimos anos e em especial em 2025.

VIII-1 - OS INCENTIVOS FISCAIS E A POLÍTICA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – PRDNE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

A Política Nacional de Desenvolvimento (PNDR) e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) são instrumentos de planejamento instituídos pelo Governo Federal com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões do país a partir de investimentos e atividades de fomento ao desenvolvimento com foco na melhora da qualidade de vida da população.

Os principais instrumentos de financiamento da PNDR e dos Planos Regionais de Desenvolvimento são o Orçamento Geral da União; os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste; os programas de desenvolvimento regional de bancos públicos federais; e os **incentivos e benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia** (grifo nosso).

O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) é o principal instrumento de planejamento regional da SUDENE e está organizado em sete eixos estratégicos: (a) desenvolvimento produtivo; (b) inovação; (c) infraestrutura econômica e urbana; (d) meio ambiente; (e) capacidades governativas; (f) desenvolvimento social; e (g) educação. A interação entre esses eixos visa promover transformações estruturais na realidade regional, contribuindo para a redução das desigualdades, o fortalecimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

Como um dos principais instrumentos de atração de investimentos, os incentivos fiscais, juntamente com os financiamentos instrumentalizados pela Sudene (FNE e FDNE) contribuem e interagem de forma direta com o PRDNE na medida em dialogam com diversos projetos do Plano e cumprem seu objetivo, conforme estabelecido pela nossa Constituição, contribuir para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

Nesse sentido a política de incentivos fiscais praticada pela Sudene está amplamente integrada ao Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), na medida em que dos sete eixos do Programa os incentivos fiscais contribuem atuando de forma mais direta em três deles, como pode ser visto no quadro a seguir:

QUADRO IX

EIXOS DO PRDE	SETORES PRIORITÁRIOS INCLUÍDOS
Desenvolvimento Produtivo	Agricultura Irrigada e Agroindústria,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

	Turismo, Indústria de Transformação
Inovação	
Infraestrutura Econômica e Urbana	Infraestrutura – Energia, Petróleo e Gás Natural, Comunicações, Água e Esgotamento Sanitário
Meio Ambiente	
Capacidades Governativas	
Desenvolvimento Social	Serviços de tecnologia, informática
Educação	

Isso pode ser melhor observado comparando-se os programas de diversos eixos do PRDNE conforme seu Anexo II – Eixo, Programa, Objetivo, Indicador, Meta e Ação Estratégica, com os incentivos aprovados pela Sudene para empreendimentos enquadrados nos Setores Prioritários definidos de acordo com o Decreto nº 4.213, de 2002, que, entre os anos de 2014 e 2025 registraram investimentos da ordem de R\$ 342,1 bilhões em seus empreendimentos, que passaram a usufruir do benefício fiscal, a saber:

QUADRO X

PRDNE E INCENTIVOS FISCAIS - COMPARATIVO

PRDNE – PROGRAMAS	INCENTIVOS FISCAIS – SETORES PRIORITÁRIOS
Desenvolvimento da Agropecuária – Objetivo: aumentar a produtividade e competitividade da Agropecuária na Área de atuação da Sudene	Agricultura Irrigada e Agroindústria Vinculada à Agricultura Irrigada - Aprovação, entre 2014 e 2025 de 204 pleitos com registro de investimentos da ordem de R\$ 2.107,4 milhões e criação/manutenção de 57.142 empregos. Números de 2025 – investimentos registrados de R\$ 745,5 milhões, 8.318 empregos comprovados, dos quais 7.519 diretos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Nordeste Turístico – Objetivo: ampliar os investimentos em infraestrutura turística e em ações de turismo cultural; melhoria da infraestrutura turística.	Turismo – Empreendimentos Hoteleiros - Aprovação, entre 2014 e 2025 de 286 pleitos com registro de investimento de R\$ 3.285,0 milhões e criação/manutenção de 55.752 empregos. Números de 2025 – 64 empreendimentos hoteleiros beneficiados, R\$ 1.125,4 milhões em investimentos registrados e 11.282 empregos informados, dos quais 9.353 de empregos diretos.
Neoindustrialização – Objetivo: apoiar o crescimento da indústria regional, valorizando as potencialidades do território e o uso de tecnologias inovadoras.	Indústria de Transformação – Grupos - A indústria de transformação é um segmento bastante amplo, que envolve praticamente todos os setores industriais, como o de alimentos e bebidas, químicos, farmoquímicos, têxtil etc. Entre 2014 e 2025 foram mais de 3.200 pleitos aprovados, R\$ 144,2 bilhões em investimentos feitos e registrados pelas empresas e mais de 1.430.000 empregos que com certeza está contribuindo para o fortalecimento da indústria regional. Números de 2025–381 empreendimentos beneficiados, que investiram R\$ 5.010,3 milhões e registraram 104.368 empregos, dos quais 86.611 empregos diretos
Aproveitamento do Potencial Energético – Objetivo: ampliar os investimentos em unidades produtivas de geração de energia e produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis.	Infraestrutura – Projetos de Energia e Produção de Gás - Um dos setores que mais se beneficiam dos incentivos da SUDENE é o de geração de energia e produção de petróleo, sendo o que mais investiu recursos entre 2014 e 2025 (R\$ 188,4 bilhões), com mais de 670 pleitos aprovados e mais de 340 mil empregos informados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

	Números de 2025 – 42 empreendimentos incentivados, que juntos investiram recursos da ordem de R\$ 7.669,6 milhões em suas plantas e informaram a existência de 10.915 empregos, dos quais 7.523 empregos diretos.
Saneamento Ambiental no Nordeste– Objetivo: aumentar o número de pessoas com acesso à coleta de esgoto sanitário e o número de pessoas com acesso à água tratada.	Infraestrutura – Abastecimento de Água e Saneamento Ambiental - Através dos incentivos foram viabilizados diversos investimentos na área de infraestrutura - abastecimento de água e esgotamento sanitário. Principalmente após a aprovação do marco do saneamento básico diversas foram as empresas criadas para atuar no ramo, tendo sido aprovados 74 pleitos, registrados R\$ 4,2 bilhões em investimentos e mais de 124 mil empregos. Números de 2025 – Investimentos da ordem de R\$ 125,2 milhões registrados em 13 pleitos. Informados 2.606 empregos, dos quais 1.624 empregos diretos.
Desenvolvimento Social	Serviços de Tecnologia, Informática– Foram 220 pleitos aprovados em favor de empresas pertencentes à área de tecnologia, informática, com investimentos registrados da ordem de R\$ 1.210,3 milhões e 121.527 empregos, sendo 115.295 diretos. Números de 2025 – investimentos registrados da ordem de R\$ 395,3 milhões em 47 pleitos aprovados. Informados 16.838 empregos, dos quais 15.649 diretos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

VIII-2 - OS INCENTIVOS FISCAIS E OS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO.

O Semiárido brasileiro é composto por **1.477 municípios** espalhados por todos os nove estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo. A região abrange cerca de 15% do território nacional, sendo delimitada com base em critérios como baixa pluviosidade, índice de aridez e risco de seca.

Principais Características e Abrangência (Delimitação 2024):

- **Estados Abrangidos:** Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.
- **Estados com Mais Municípios:** Bahia (o maior número), Ceará, Paraíba, Piauí e Pernambuco concentram a maioria, com forte presença da caatinga e áreas de clima semiárido.
- **Locais de Destaque:** Inclui regiões como Seridó (RN/PB), Cariris Velhos (PB), Inhamuns (CE), Sertão Central (PE) e Sertão do São Francisco (BA).

Desses 1.477 municípios da região, 345 possuem empresas incentivadas pela Sudene. Ao longo do período 2014-2025, foram aprovados 1.916 pleitos de incentivos, com registro de R\$ 103.559,7 milhões em investimentos e 759.493 empregos, dos quais 618.881 empregos diretos. Durante **o ano de 2025** foram aprovados 262 pleitos, com investimentos de **R\$ 9.513,6 milhões** e 79.706 empregos informados.

VIII-3 - OS INCENTIVOS FISCAIS E OS MUNICÍPIOS DA REDE DE CIDADES POLO (G-52).

O Projeto **Rede de Cidades Polo** tem como objetivo impulsionar a implementação do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e fortalecer as capacidades de gestão de 52 municípios brasileiros (G52) para promover políticas de desenvolvimento urbano sustentável, amparadas em modelos de governança compartilhada e trabalho em rede. Os 52 municípios, identificados a partir de critérios do IBGE, integram a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e exercem um papel de influência em suas regiões.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

O Projeto Rede de Cidades Polo do Nordeste é uma parceria entre ONU-Habitat Brasil, PNUD e SUDENE.

Os 52 municípios, distribuídos em 11 estados, foram selecionados a partir de critérios objetivos e estatísticos do IBGE, representando aproximadamente 7% do PIB nacional e 10% da população brasileira. Municípios G52.

Municípios que integram o G52: **Alagoas**: Arapiraca e Maceió; **Bahia**: Barreiras, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itabuna, Juazeiro, Paulo Afonso, Salvador, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista; **Ceará**: Crateús, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Quixadá e Sobral; **Maranhão**: Bacabal, Balsas, Caxias, Imperatriz, Presidente Dutra, Santa Inês e São Luís; **Paraíba**: Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa, Patos e Sousa; **Pernambuco**: Caruaru, Petrolina, Serra Talhada e Recife; **Piauí**: Bom Jesus, Corrente, Floriano, Parnaíba, Picos, São Raimundo Nonato e Teresina; **Rio Grande do Norte**: Caicó, Mossoró e Natal; **Sergipe**: Aracaju e Itabaiana; **Espírito Santo**: Colatina e São Mateus; e **Minas Gerais**: Governador Valadares, Montes Claros e Teófilo Otoni.

As 52 Cidades-Polo assumiram o compromisso de seguir trabalhando para alinhar o planejamento urbano aos princípios e diretrizes do PRDNE, da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana e, além disso, seguir com o compartilhamento de informações, experiências, capacidades e oportunidades, visando promover o desenvolvimento social e econômico da região.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico da região os incentivos fiscais contribuem para atrair ou motivar o surgimento de novos empreendedores dispostos a investir ou mesmo ampliar seus empreendimentos existentes, contando com isso com a parceria da Sudene, através dos incentivos fiscais.

Uma visão retrospectiva dos últimos 3 anos (2023 a 2025) nos mostra que apenas 7 municípios (Arapiraca-AL, Irecê-BA, Crateús-CE, Corrente-PI, Paulo Afonso-BA, São Raimundo Nonato-PI e Itabaiana - SE) não apresentaram pleitos de incentivos junto à Sudene. Os demais tiveram pleitos examinados e aprovados pela Autarquia, tendo o total dos investimentos atingido a marca de **R\$ 24.645,4 milhões** no período, com **245.053 empregos** registrados, dos quais **173.900** classificados como empregos diretos.

QUADRO XI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

Unidades da Federação	Total dos Investimentos (R\$)
ALAGOAS	1.359.960.250,89
BAHIA	5.177.446.908,79
CEARÁ	2.522.756.987,34
ESPÍRITO SANTO	2.661.997.428,70
MARANHÃO	4.452.825.964,30
MINAS GERAIS	1.378.232.876,17
PARAÍBA	627.792.030,50
PERNAMBUCO	3.285.941.375,86
PIAUÍ	2.190.757.431,02
RIO G DO NORTE	732.413.037,52
SERGIPE	255.328.656,70
Total Geral	24.645.452.947,79

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

VIII-4 - MUNICÍPIOS INCENTIVADOS PELA PRIMEIRA VEZ.

Desde que o Tribunal de Contas da União – TCU determinou à Sudene, em 2020, que melhorasse o índice de interiorização dos incentivos fiscais de redução do IRPJ, a Autarquia tem envidado esforços no sentido de ampliar a busca por novos empreendimentos, notadamente os localizados em municípios fora das capitais e regiões metropolitanas. O trabalho tem sido feito não apenas por divulgações em eventos realizados, como também pela participação do Banco do Nordeste S.A. com os seus seminários para a divulgação do instrumento do Reinvestimento de 30% do IRPJ, e que tem contado com colaboração da Autarquia reforçando a importância dos benefícios fiscais para o fortalecimento principalmente de empresas de porte pequeno e médio.

Entre 2014 e 2025 foram 189 novos municípios que passaram a contar pela primeira vez com o incentivo fiscal administrado pela Sudene, com registro de investimentos da ordem de R\$ 9.744,3 milhões e 48.685 empregos, dos quais 14.229 computados como novos postos de trabalho.

QUADRO XII



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

ANOS	Total dos Investimentos	Total dos Empregos	Nº de cidades
2014	33.616.340,00	802	4
2015	10.168.757,23	732	5
2016	17.882.800,00	159	4
2017	184.401.883,65	6.001	8
2018	682.788.340,74	3.986	20
2019	840.266.429,09	8.674	10
2020	371.211.953,77	3.430	10
2021	575.411.789,30	4.910	20
2022	1.092.760.809,60	1.907	27
2023	5.045.975.704,67	12.936	23
2024	299.788.553,06	3.041	27
2025	590.106.581,95	2.107	31
Total Geral	9.744.379.943,06	48.685	189

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

Como se observa ao longo dos anos, essa prospecção vem aumentando, sendo que nos últimos três anos foram 81 municípios que contaram com empresas incentivadas pela primeira vez, correspondendo a 42,8% do total e investimentos de R\$ 5.935,8 milhões em investimentos (60,9%) e 18.084 postos de trabalho (37,1%).

Por unidades da Federação, a Bahia foi o Estado que teve o maior número de municípios que contaram com empresas incentivados pela primeira vez (57), vindo a seguir Pernambuco (24), Minas Gerais (22), Alagoas (15) e Ceará (14).

QUADRO XIII

Unidades Federa- ção	Total Investimentos	Total dos Empregos	Nº de cida- des
AL	457.913.771,99	13.563	15
BA	689.651.860,89	8.435	57
CE	233.380.567,03	3.936	14
ES	3.715.933,63	213	5
MA	893.288.288,48	4.021	13
MG	611.841.350,02	3.360	22
PB	78.694.535,41	1.271	13



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

PE	484.788.765,31	6.907	24
PI	755.506.378,13	881	10
RN	977.575.473,51	2.293	11
SE	4.558.023.018,66	3.805	5
Total Geral	9.744.379.943,06	48.685	189

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

Por total de investimentos, o Estado de Sergipe, por conta da implantação do empreendimento conduzido pela Carmo Energy, em 2023, para exploração de campos maduros de petróleo no município de Japaratuba, foi a principal unidade da Federação, registrando investimentos da ordem de R\$ 4.558,0 milhões. Em seguida o Estado do Rio Grande do Norte, o Maranhão, o Piauí e a Bahia.

GRÁFICO II



Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS

IX – AGRADECIMENTOS.

Ao encerrar este Relatório expressamos nosso reconhecimento e gratidão à Diretoria Colegiada da Sudene, ao Senhor Diretor da DFIN pelo apoio dispensado e em especial aos servidores e colaboradores desta CGIF, que não mediram esforços e nem se furtaram ao seu dever de entregar um bom produto para a sociedade, com agilidade e eficiência e cujo comprometimento e dedicação consideramos essenciais para o sucesso das nossas ações. O empenho e a competência de cada um permitiram a aprovação dos pleitos apresentados e relacionados com importantes projetos para o desenvolvimento da nossa Região e o fortalecimento da missão institucional da Autarquia.